

Ata da 26ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 24 dias de abril de 2018, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a vigésima sexta reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Fala do Presidente do CMPC, Informe de Jussara Santana – Movimento do Reggae, Envio do Diagnóstico Cultural para conhecimento e contribuição dos/as Conselheiros/as, Nomeação dos/as Conselheiros/as para suprir a vacância de Circo e Dança, Eleição Suplementar para Valéria, Envio de relatório do primeiro mandato do CMPC; 2) Escolha do/a Secretário/a e Suplente; 3) Proposta da FGM para elaboração do Plano Municipal de Cultura; 4) Eleição da Comissão para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Cultura; 5) Assinaturas pendentes do Termo de Posse; 6) Estabelecimento de regras gerais para as ferramentas de Comunicação do Conselho. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elismar Carvalho Lima (Audiovisual); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Ian Mariani de Oliveira (DGPB); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Joelice Ramos Braga (SMED); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lucilene Ferreira Santos (Liberdade/São Caetano); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Emanuel Oliveira Costa (Dança); Walter de Oliveira Pinto Junior (SEMGE); Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas) e Fernando Sérgio Barbosa Teixeira (FMLF) na condição de titulares; José Domingos Oliveira Cruz (Cajazeiras); Isa Maria Faria Trigo (Cabula / Tancredo Neves); Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga); José Marcelo Rios (Música); Marcos Paulo Viana (Cidade Baixa); Daniele Pereira Canedo (Barra/Pituba) e Djalma Vieira da Silva (Patrimônio Material e Imaterial). Os servidores da FGM que compareceram à reunião foram Viviane Ramos, Plutarco Drummond, Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente do CMPC, Etenoel Santos, iniciou a reunião solicitando que os Conselheiros Titulares ocupassem a primeira fileira para observar o pleno e identificar os Conselheiros Titulares e Suplentes. Apresentou a pauta da reunião, informou que Jussara Santana não estava presente, e convidou o Conselheiro Suplente Ivam Almeida, artisticamente conhecido como “Busta”. O Conselheiro falou em nome do Movimento Reggae de Salvador, e disse que estava vendo se aproximar a data 11 de maio, que é o Dia Municipal e Nacional do Reggae Music, e que estão com o intuito de reconstruir algo que construíram em 2016 com o apoio da FGM de Fernando Guerreiro, que foi colocar três coletivos juntos, o que

possibilitou realizar o evento chamado “Salvador Cidade Reggae”, que teve grande sucesso e foi muito importante, pois contribuiu com a profissionalização dos artistas e abertura do mercado para as instituições públicas e privadas. Manifestou ainda interesse em atrair patrocínios privados, com o objetivo de o segmento crescer como indústria. Informou que estava representando o Fórum Reaggae Brasil e pediu que eles pudessem sentar junto com o Município e reconstruir o evento. Destacou que o ex-Chefe de Gabinete João Roma havia garantido que faria o evento neste ano em âmbito maior. Reconheceu que o prazo estava apertado, mas disse acreditar que o evento ainda poderia ser feito e ampliado e atrair todo segmento, valorizando a música reggae que é tão importante para a Cultura, a exemplo do Samba-reggae, a principal música da cidade, seguida da Axé Music, portanto eles desejam ampliar e fortalecer a cultura do Reggae como um todo. Pediu a ajuda do Município. Em seguida, o Presidente Etenoel Santos fez uma fala reforçando a gestão participativa e colaborativa de todos e destacou que percebeu que existem algumas coisas que precisam ser alinhadas para a melhor condução das reuniões. Destacou que no mandato anterior as discussões ficaram muito centradas no debate, impedindo que as reuniões avançassem na pauta. Ponderou que as falas deveriam ser mais sucintas e sugeriu que cada Conselheiro tivesse três minutos de fala, sendo que haveria sinalização por meio de placas quando faltasse um minuto e quando o tempo de fala fosse finalizado, com o objetivo de dar espaço para os Conselheiros se pronunciarem. Declarou que será um pouco duro na tentativa de tentar conduzir as reuniões de uma forma melhor e pediu a compreensão dos Conselheiros, visto que se tratava de um processo educativo e todos teriam que passar por ele. Em seguida, pediu que os Titulares se aproximassem dos seus Suplentes, pois estes não são rivais, mas complementam o mandato dos Titulares. Assim, em situações que os Titulares não puderem comparecer às reuniões, se houver interação, os Suplentes os substituirão sabendo do andamento das discussões do CMPC. Destacou ainda que os Conselheiros recebem as atas por e-mail previamente às reuniões ordinárias seguintes e solicitou que eles lessem o documento e sinalisassem quando for necessária a complementação do texto. Agradeceu a escolha de Fernando Guerreiro em colocá-lo como Presidente do CMPC, expressou o desejo de conduzir bem o mandato e deu abertura aos Conselheiros a sinalizarem quando cometer algum erro. Depois informou aos Conselheiros que o Diagnóstico Cultural do Município já havia sido enviado por e-mail aos Conselheiros e pediu que lessem, pontuassem as suas considerações e enviassem por e-mail para que se pudesse avaliar e corrigir no que fosse possível. Depois, a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, informou que houve outras desistências de Conselheiros além das que foram manifestas na reunião anterior, e que a FGM estava em contato com o segundo suplente de Circo para assumir a titularidade, visto que, além do Titular Robson Santos, o Conselheiro Suplente Yerko Haupt também havia aberto mão da cadeira. No segmento Dança, houve desistência do Conselheiro Titular, Matias Santiago, que seria substituído pelo Conselheiro Suplente Emanuel Oliveira. No entanto, a segunda Suplente não quis assumir a vaga de Suplente, portanto a assessora estava em contato com a quarta colocada para assumir a vaga de Conselheiro Suplente de Dança. Também havia desistido a

Conselheira Suplente do território Liberdade/São Caetano, Gabriela Almeida, portanto a assessora também entraria em contato para saber se o segundo Suplente aceitaria assumir a vaga. Além disso, seria necessário realizar eleição suplementar para o território de Valéria e para a cadeira de Conselheiro Suplente de Circo. Jadson Nascimento disse que fez alguns contatos com pessoas que atuam em Valéria, principalmente o pessoal que promove dança, faz eventos de ginástica e de outros segmentos para idosos, mas ninguém despertou interesse no processo e salientou que vai haver dificuldade para achar alguém do território que possa assumir a vaga. Perguntou se pode ser alguém de Cajazeiras ou da região circunvizinha. Viviane Ramos respondeu que a lei determina que é necessário ter representantes de cada território, portanto será feita a mesma mobilização que foi feita na primeira eleição, com encontro e disponibilização de ponto de internet para as pessoas se candidatarem. Fernando Guerreiro informou que já está em fase de pré-inauguração o CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) em Valéria, que terá um teatro de quatrocentos lugares, o que deve trazer uma mobilização grande para todo pessoal do bairro e facilitar no processo da eleição. Acrescentou que o CEU é um projeto federal em parceria com a Prefeitura que implica na participação da comunidade, inclusive na gestão do centro, o que deve aproximar mais a classe artística. Defendeu ainda que o bairro precisa estar colado, necessita estar ligado à cultura. O Presidente informou que foi feito um mapeamento de artistas de Valéria, Pirajá e Lagoa da Paixão entre os anos de 2014 e 2015 pela Cipó Organização Interativa, do qual ele tinha um exemplar e poderia disponibilizar para acionar os artistas e ajudar na mobilização. Em seguida, o Presidente informou que solicitou à FGM que enviasse aos e-mails o relatório do primeiro mandato do CMPC, para saber o que estava tramitando na Câmara Municipal e em outras instâncias, para saber o quanto avançou, o que tem de real e pode ser construído e do que pode mexer e continuar a dar segmento. Viviane Ramos informou que o documento já havia sido enviado e se alguém não tivesse recebido os documentos enviados, que solicitassem ao final da reunião, pois eles seriam reenviados. O Presidente lembrou que com a desistência de Matias Santiago e Robson Santos, o CMPC ficou sem Secretário Geral, portanto teria que haver eleição para avaliar as pessoas que tivessem interesse no cargo. Ressaltou que quando se candidatou Presidente do Conselho, entendeu tudo que ele iria ter que abdicar, enfrentar e se doar porque ele não está na Presidência por mérito pessoal, mas por uma construção coletiva, e as pessoas que estão no Conselho precisam entender que a participação não representa apenas da pessoa, mas uma classe, portanto a contribuição que pode dar é muito grande. Da mesma forma ser Secretário, pelas responsabilidades, é uma contribuição também e não se pode deixar de fazê-lo só porque é trabalhoso. O Presidente pediu que os presentes reavaliassem o pensamento e pensassem em assumir a função. Isabela Silveira demonstrou interesse e se considerou com o perfil necessário, já que gosta de organizar e lidar com documentos, legislação e afins. Acrescentou que veio da área artística, tanto em gestão, quanto do Teatro. Isa Trigo reforçou dizendo que Isabela Silveira é boa de redação, pois já havia atuado com ela no Ministério da Cultura sob muita pressão e ela é ótima. O servidor da FGM Plutarco Drummond lembrou que o Secretário

também precisa de Suplente. Fernando Guerreiro lembrou que somente Conselheiros Titulares poderiam se candidatar e ressaltou a importância de representantes do Poder Público concorrerem. O Presidente fez três chamadas e não houve interesse dos representantes da Sociedade Civil. José Marcelo Rios sugeriu que houvesse possibilidade de flexibilizar a norma para preencher a vaga de Suplente do Secretário, dando espaço para os Conselheiros Suplentes, ao invés de dar a função a representante do Poder Público, visto que já há cargos do Poder Público na Coordenação Colegiada, portanto, para garantir uma construção democrática, deveria se preencher o máximo de vagas com representantes da Sociedade Civil. Fernando Guerreiro respondeu que não existe possibilidade de flexibilização porque a norma está na lei, sugeriu que se fizesse mais uma chamada para a Sociedade Civil, mas se não houvesse interessado, que abrisse o espaço para representantes do Poder Público. O Presidente fez mais uma chamada, Eliaide Cardoso se disponibilizou. Em seguida, Fernando Guerreiro decidiu que a Secretária Geral seria Isabela Silveira e sua Suplente Eliaide Cardoso. Destacou que a Titular é representante de linguagem e a Suplente de território, o que representava uma boa composição. Fernando Guerreiro salientou que conversou com o Presidente Etenoel Santos que respeitasse o horário das reuniões e que começasse as plenárias pelo menos às 17h15, mesmo sem o quórum, para dar os informes. Paulo Hermida perguntou se havia quórum para a votação de Secretária, mas Fernando Guerreiro respondeu que a decisão era sua prerrogativa e pediu a Isabela Silveira que já se unisse ao Presidente na condução da reunião. Depois Viviane Ramos informou que a equipe da FGM conversou com o núcleo da Faculdade de Administração da UFBA que tem feito as formações com os municípios para a elaboração de planos municipais no estado da Bahia e informou que vai contratar uma consultoria para auxiliar a FGM e a comissão do CMPC a conduzir o processo para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Salvador. Acrescentou que a consultoria deve ser contratada no mês de maio e vai contar com um cronograma já proposto, com finalização da elaboração entre novembro e dezembro, sendo que vai ser encaminhado para aprovação na Câmara Municipal. Destacou que a intenção era que naquele dia fosse eleita a Comissão que irá fazer o acompanhamento, sabendo que a consultoria vai exigir certa dedicação dos membros para acompanhar o processo. Acrescentou que há propostas de oficinas internas e de audiências públicas ao longo do ano de 2018, portanto a FGM precisa da colaboração dos Conselheiros que possam estar presentes na comissão, ajudando e acompanhando a consultoria para que ainda em 2018 se consiga elaborar o documento. Fernando Guerreiro perguntou quantas pessoas devem conter a comissão e Viviane Ramos respondeu que de três a cinco Conselheiros Titulares. O Presidente lembrou que alguns Conselheiros já estão nas comissões que irão acompanhar os editais, portanto deveriam estar cientes de suas responsabilidades para que não ficassem no “empurra-empurra”. Viviane Ramos alertou que, diferente das comissões dos editais, que têm atividades pontuais, como acompanhar as seleções durante dois ou três dias, a comissão do Plano vai acompanhar até o final do ano algumas atividades propostas pela consultoria e que a FGM junto com a comissão irão executar. Ressaltou que os Conselheiros Suplentes não podem ser nomeados para

participar da comissão, mas que podem acompanhar os Titulares, caso seja necessário. Fernando Guerreiro sugeriu que fossem nomeados três Titulares e dois Suplentes que podem dar uma contribuição real. Isa Trigo, que é Conselheira Suplente, disse que estava no Conselho para trabalhar, sabia que pode ajudar na construção do Plano Municipal de Cultura e lamentou que se tivessem Suplentes que pudessem contribuir, mas a responsabilidade ficava toda com o Titular. Sugeriu que o Conselho abrisse o espaço para Suplentes e nesse caso ela iria se disponibilizar. O Presidente lembrou que Fernando Guerreiro abriu uma exceção, dando duas vagas para Suplentes, e retomou a sua fala inicial, ressaltando a importância de haver interação entre os Titulares e Suplentes. Viviane Ramos ressaltou ainda que, na falta formalizada do Titular, o Suplente assume a titularidade. O Presidente alertou a necessidade de se verificar se os Conselheiros que desistiram estavam integrando alguma comissão de acompanhamento dos editais. Paulo Hermida perguntou por que a UFBA foi escolhida para fazer o Plano Municipal de Cultura e ressaltou que gostou do trabalho desenvolvido pela consultoria que fez o Diagnóstico Cultural. Viviane Ramos respondeu que a opção pela UFBA foi por conta da existência do núcleo na Escola de Administração que coordena as formações para os municípios na elaboração de planos municipais. Informou que em 2014 ela foi a pessoa da FGM representando Salvador que fez o curso oferecido pelo mesmo núcleo, que já tem expertise e especialistas em elaboração de planos de Cultura. Paulo Hermida perguntou se eles já fizeram planos e Viviane Ramos respondeu que já fizeram planos de alguns municípios, dão formação, estudam planos de outros municípios e estados. A assessora se disponibilizou a enviar o currículo da pessoa que será contratada como especialista na área técnica para dar a consultoria. Paulo Hermida perguntou como a consultoria seria contratada, se seria a UFBA ou contratação individual. Viviane Ramos respondeu que seria contratada a pessoa porque ela faz parte do núcleo da UFBA e já tem experiência. Ponderou que convenir com a UFBA seria muito difícil e demorado, portanto a FGM optou por contratar por inexigibilidade a pessoa que é especialista técnica nesse assunto dentro do núcleo. Paulo Hermida perguntou se existe Termo de Referência para o Plano e Viviane Ramos informou que a contratação por inexigibilidade não prevê o termo, mas existe uma sistematização do Sistema Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, e a proposta da pessoa a ser contratada já segue essa linha. Ponderou que a proposta ainda não estava muito madura, visto que foi enviada naquele dia para a FGM, e informou que seria marcada uma reunião para fazer os ajustes. Assegurou que, assim que o documento estiver ajustado junto com a Comissão de acompanhamento e a FGM, o cronograma e a metodologia serão disponibilizados para todo Conselho. O Presidente passou a tratar da eleição da Comissão de acompanhamento do Plano Municipal de Cultura e perguntou se o pleno acatava a sugestão de Fernando Guerreiro de a comissão conter três titulares e dois suplentes. O pleno acatou a proposta. Em seguida, o Presidente pediu que os interessados se manifestassem. Viviane Ramos reforçou que a atribuição vai exigir uma disponibilidade de tempo maior porque vão ser feitas oficinas da consultoria com a FGM e com os membros da Comissão, portanto será preciso se debruçar sobre alguns trabalhos na construção, no cronograma que será estabelecido pela consultoria em conjunto

com a FGM e a comissão deverá atuar de maio até dezembro, que é quando finaliza a primeira etapa da elaboração. Fernando Guerreiro ressaltou que mesmo tendo a quantidade de Titulares suficiente, gostaria de manter a paridade três Titulares e dois Suplentes, porque havia Suplentes que tinham muita competência para estar envolvidos nisso. Argumentou que elaboração de Plano Municipal de Cultura é uma coisa complexa, não pode contar apenas com a boa vontade, tem uma parte técnica que é muito importante e algumas pessoas já têm esse respaldo, já participaram disso em outras situações. Defendeu que isso deveria ser levado em conta porque iria agilizar muito e dar contribuições muito mais significativas no dia a dia da elaboração, essas pessoas podem ser muito importantes por já terem uma experiência anterior neste tipo de elaboração. Disponibilizaram-se às vagas dos Titulares Isabela Silveira, Jadson Nascimento, Luciene Ferreira, Evandro Ramos e o Presidente Etenoel Santos. Para as vagas de Suplentes, candidataram-se Isa Maria Trigo, José Marcelo Rios, Daniele Canedo, Walter Pinto, Ivam Almeida e Cristina Maria Alves. O Presidente perguntou se desses titulares alguém queria desistir. Isabela Silveira sugeriu que fosse colocado como critério que os membros da Comissão não estivessem participando de outras Comissões de acompanhamento dos editais. Fernando Guerreiro ponderou que seria perigoso o Presidente e a Secretária participarem por já estarem sobrecarregados. O Presidente respondeu que, como ele já faz parte de outra Comissão, ele iria sair e deixaria a Secretária. Daniele Canedo sugeriu que antes da votação os candidatos justificassem porque eles achavam relevante participarem do processo de construção do Plano Municipal de Cultura. Isa Trigo concordou com Daniele Canedo, acrescentou que vai ter um grupo de pesquisa da Escola de Administração da UFBA que vai auxiliar o Conselho a elaborar o Plano Municipal de Cultura e destacou que é preciso ter “saco” para escrever, ler muitas leis e perguntou quantos já haviam lido o plano de cultura do estado e o Sistema Nacional de Cultura. Ponderou que o horário de atividades será um pouco maior, mas com certeza o grupo que vai auxiliar irá respeitar os horários dos Conselheiros, além de definir funções, sendo assim ninguém precisava ficar assustado. Em seguida, o presidente perguntou se algum Conselheiro Suplente desejava desistir. Disponibilizou um minuto de fala para cada candidato. Isabela Silveira disse que vem acompanhando a formação do Plano Nacional de Cultura, do Plano Estadual de Cultura na gestão pública, e como ativista da infância, que em certa medida no âmbito educacional está sob a gestão do Município, para ela é essencial, pois tem aguardado poder dar essa contribuição na construção do plano municipal para poder atravessar com essas questões que tocam a infância e a educação. Declarou ter vivência na redação de documentos, e declarou estar relativamente desocupada neste ano porque ainda está se dedicando à maternidade, portanto ela tem tempo, interesse, disponibilidade e algum conhecimento para compartilhar. Jadson Nascimento colocou-se à disposição para acompanhar junto com os outros Conselheiros o processo. Declarou que para ele é muito importante participar disso e poder colaborar a nível de conhecimento em algumas coisas que ele já sabe, já vem acompanhando dos planos municipais. Lucilene Ferreira colocou-se à disposição no que for preciso para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, e disse que seu interesse é colocar a cidade “lá em cima”, através da

comunidade de cada um dos presentes. Disse ainda que tem disponibilidade, trabalha com infância e juventude, tem experiência e que está junto para contribuir. É professora formada em Letras, tem hábito de leitura, sabe trabalhar no computador, inclusive em relação à leitura na tela de computador e até no desenvolvimento do conhecimento psicológico. Evandro Ramos disse que não tem experiência de elaboração, mas estava ali para cooperar e aprender como fazer, e que seu conhecimento vinha de formação. Disse que é Bibliotecário com especialização em Gestão Pública Municipal, sendo que atualmente faz Gestão Pública na Escola de Administração da UFBA, portanto seria uma oportunidade para aprender e dar a sua parte de contribuição. Fernando Guerreiro perguntou o limite do número de membros da Comissão, Viviane respondeu que três a cinco pessoas e Plutarco Drummond assinalou que o Conselho Geral poderia deliberar que a Comissão fosse ampliada. Viviane Ramos alertou que se tratava de uma Comissão participativa, que deveria apresentar contribuições importantes mais do que meras discussões. Em seguida, se apresentaram os suplentes. Isa Maria Trigo informou que vem trabalhando na área de Cultura desde os dezenove anos de idade, atualmente é Assessora de Cultura e Arte da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e desenvolve vários projetos. Participou da equipe da extinta Secretaria de Formação em Artes do Ministério da Cultura (MinC). Disponibilizou-se porque sabe a importância do Plano Municipal de Cultura dentro de qualquer sistema e estimulou aos presentes a “tocar” o negócio porque ninguém sabe o dia de amanhã, mas quando se consegue aprovar o plano, tem-se o documento importante, uma coisa registrada. Disponibilizou-se porque conhece a área, sabe o trabalho que dá e porque acha que é para isso que pode ser útil. José Marcelo Rios informou que tem diploma na área de Comunicação com habilitação em Publicidade e Propaganda e desde 2006 vem empreendendo em projetos culturais independentes na cidade de Salvador. Declarou que atualmente está criando um festival vegano, que sua especialidade é articular diálogos e atuou no projeto do site de cinquenta anos do Teatro Castro Alves. Afirmou que pode contribuir na função de ouvir, entender diferentes lados e conseguir articular as diferentes opiniões em um texto coerente. Daniele Canedo informou que tem atuado no grupo da Escola de Administração da UFBA com a coordenação do projeto de elaboração para planos municipais de Cultura desde 2014, e que nesses quatro anos fizeram duas etapas dos cursos, sendo que ela foi responsável por parte dos planos de diversos municípios do Brasil. Disse também que rodaram o Nordeste inteiro nesse projeto, e também foi Coordenadora do projeto do Plano de Cultura da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), coordenando atividades e propostas em toda universidade. Considerou que seria bem bacana participar e contribuir, trazer a sua experiência para o Plano Municipal de Cultura de Salvador. Walter Pinto informou que participou da formação de tutores da UFBA, sendo que também é professor da escola, e contribuiu com o Município com dois outros planos, que foram o Plano de Políticas Públicas para as Mulheres e o Plano da Diversidade. Declarou que enquanto representante do Poder Público pode contribuir bastante com o processo. Ivam Almeida disse que vem de uma escola muito importante, que é o Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio, e que estava como Conselheiro representando todo esse coletivo, e

que a sua contribuição seria não apenas a dele, mas a de todos que fazem parte do fórum, vai além da academia, mas também da vivência popular, do que construíram no Subúrbio. Cristina Maria Alves disse que fez o acompanhamento a partir da comissão regional acompanhando o trabalho da UFBA e de outras faculdades, além de dar algumas orientações em territórios da Bahia e Sergipe. Disse também que vê uma oportunidade enquanto Conselheira Suplente de pelo menos nisso poder colaborar. Daniele Canedo disse que o Plano vai demandar um trabalho técnico de elaboração textual e um trabalho de mobilização muito grande, então quanto mais gente tiver para a mobilização nos territórios, para conseguir fazer uma atuação efetiva nos bairros, nos locais e garantir a participação é importante. Sugeriu que a comissão fosse dividida em duas, sendo uma parte com pessoas com perfil mais técnico que irão se debruçar sobre o documento e pessoas que vão se debruçar no processo de mobilização. Isabela Silveira disse que o Plano vai ser votado depois de composto, o que reforça a pertinência da colocação de Daniele Canedo. Explicou que não é que quem vai escrever o Plano que será seu dono, mas quem vai se dedicar ao trabalho técnico irá entregá-lo depois à Sociedade Civil e aos outros poderes para depois juntar e se fazer uma votação. Será necessária a construção de um plano que seja construído e alinhado com o pensamento no trabalho técnico textual, etc. Paulo Hermida disse que a necessidade de mobilização é tão importante que na opinião dele não deve ficar restrito a uma comissão. Ressaltou que é papel do Conselho essa divulgação e levar isso aos territórios e às linguagens é fundamental. Declarou que o Plano é a atividade mais importante do CMPC ao longo desse ano e isso merece o envolvimento de todos. Afirmou que a Comissão tem um papel mais específico, que é acompanhar a elaboração, ser um canal de comunicação entre o pessoal que está elaborando e o Conselho, no entanto a função de mobilização tem que ser do Conselho. Isa Trigo disse que a colocação de Daniele Canedo não anulava a fala de Paulo Hermida, visto que o CMPC é a representação de toda sociedade, mas ela pensava que não faz mal nenhum dentro da Comissão ter pessoas intrinsecamente articuladas com a mobilização porque na prática a formação do Plano Municipal de Cultura vai colocar essas pessoas para trabalhar mais tempo nele. Portanto não é uma coisa que separa, mas que agrega, fortalece, pois todos os representantes estão necessariamente obrigados a fazerem isso e os que estão na Comissão poderão fazer isso com mais força, por isso ela achava que não deveria perder a sugestão de Daniele Canedo. Fernando Guerreiro observou que dos dez Conselheiros que se candidataram, ele percebia que havia dois perfis bem diferentes, que são o técnico, que já estiveram envolvidos em processos de elaboração de outros planos, que irão dar contribuição técnica muito maior, e o segundo grupo que vai estar muito mais aprendendo e vai trazer a sua experiência dentro das comunidades e da área artística para a elaboração do Plano. Sugeriu que os dez ficassem na Comissão porque ele sabia que dali a um mês teria sete, que desceria para cinco e pararia em três membros. Disse que estava sendo meio cruel, mas defendeu que ficassem os dez, porque na primeira reunião já haveria ausências, a não ser que acontecesse um milagre no CMPC. Sugeriu que mantivesse os dez integrantes e que a divisão em duas partes fosse discutido internamente pelo grupo, e que não precisava decidir

naquela reunião o que cada parte iria fazer. Isabela Silveira falou sobre a celeridade na construção de textos comuns e para isso era ideal se fosse um número ímpar de integrantes, visto que em momentos de discordância será necessária a votação simples e sugeriu que o Poder Público indicasse alguém para se ter onze membros. Joceval Rodrigues perguntou se os Conselheiros Suplentes teriam direito a voto na Comissão. Isabela Silveira respondeu que não é voto, mas que existem momentos na composição do texto comum que a coisa para, e como coletividade o número ímpar ajuda, se faz uma maioria simples e avança. Joceval Rodrigues reforçou a pergunta e questionou se a consulta seria com toda Comissão. Isabela Silveira respondeu que era a tessitura de um primeiro texto que seria avaliado e depois debatido pela Sociedade Civil. Fernando Guerreiro perguntou se alguém do Poder Público se disponibilizava a participar da Comissão. Etenoel Santos sugeriu que fosse inserido o representante da Diretoria Geral das Prefeituras-Bairros (DGPB), Ian Mariani, visto que o órgão tem um poder de diálogo muito grande com a Sociedade Civil e com os Prefeitos-bairros. Paulo Hermida fez um ato de justiça à DGPB, pois na elaboração do Diagnóstico Cultural o CMPC contou muito com as Prefeituras-bairros. Explicou que a comissão que acompanhou o Diagnóstico se dirigia às Prefeituras-bairros, as quais ajudaram muito na divulgação e nas reuniões com as comunidades. Ian Mariani disse que às vezes não necessariamente vai ser preciso fazer parte de comissões de uma forma mais explícita e oficial, colocou-se à disposição, inclusive de uma forma até mais atuante do que fazendo parte de Comissões para esse dia a dia, e se propôs a colaborar com todas as Comissões. Exemplificou a questão das eleições de Valéria e colocou-se à disposição do Conselho, o que não necessariamente deveria estar sacramentado pela participação em Comissões. O Presidente chamou atenção para a necessidade de depois marcar uma reunião com os membros da Comissão para alinhar como o trabalho será desenvolvido e declarou que esperava que todos os que se colocaram permanecessem e tragam sua contribuição. Plutarco Drummond disse que essa reunião dependerá da formalização e da proposta metodológica da equipe da UFBA, e que essa interação poderia ser feita pelos canais de comunicação, como Whatsapp e e-mail, para alinhar essa data e a reunião. Em seguida, o Presidente convidou as pessoas que ainda precisavam assinar o Termo de Posse. Assinou o termo a Conselheira Titular representante de Teatro e Secretária-Geral do CMPC, Isabela Silveira. Paulo Hermida disse que a Conselheira Suplente da Casa Civil, Milena Falcão, ainda não havia assinado o Termo de Posse e não pôde comparecer à reunião, mas ela compareceria na próxima plenária para fazer a assinatura. Daniele Canedo disse que o modelo de organização das plenárias com os Titulares nas cadeiras da frente e os Suplentes nas cadeiras de trás não permite que todos se vejam, compartilhem e se ouçam direito, o que é muito ruim para um Conselho participativo. Sugeriu que a partir da próxima reunião fosse feito um círculo no modelo paulofreiriano, sendo que os Titulares deveriam ficar em um lado e os Suplentes no outro, e ninguém deveria ficar atrás. Isabela Silveira defendeu que os Suplentes deveriam ficar ao lado dos seus Titulares, com o objetivo de favorecer o diálogo, entendendo a suplência como algo dinâmico e não como representações figurativas. O Presidente respondeu a Daniele Canedo que a

sugestão era muito bem-vinda, mas a dificuldade foi que na reunião anterior as pessoas ficavam sentadas em vários lugares e não era possível identificar os Titulares e os Suplentes, sendo que os Suplentes estavam votando junto com seus Titulares, o que causou uma confusão e a comunicação ficou comprometida. Considerou que no modelo que ela sugeriu a votação ficaria difícil, mas que deveria se pensar em uma estrutura. Depois, o Presidente tratou sobre o estabelecimento de regras gerais para as ferramentas de comunicação do Conselho. Disse que estão sendo utilizados os e-mails, telefone e o grupo do Whatsapp. Reforçou que o grupo do Whatsapp seja utilizado apenas para informações pertinentes ao Conselho, com mensagens rápidas, sem encher de informações, e que os pontos de discussão fossem inseridos no grupo do Facebook, criado por José Marcelo Rios. Isabela Silveira disse que é necessário estabelecer critérios do que pode ou não pode ser colocado e que entende que a Cultura atravessa a sociedade como um todo, então em grande medida quase todos os assuntos da sociedade vão ser no tocante da Cultura de algum modo – informações, coisas que estão acontecendo na cidade -, mas é essencial, tendo em vista que o Whatsapp é uma ferramenta que todos estão usando largamente nos seus grupos pessoais e na sua vida, que o Conselho não reproduza o mesmo formato porque as pessoas param de ler, e trunca-se o canal de comunicação. Sugeriu que fosse silenciado o membro que tivesse insistência nesse tipo de comunicação e de comportamento dentro do grupo de Whatsapp. Propôs que houvesse uma divisão: temas indiretos tocantes à Cultura devem ser tratados no grupo do Facebook, temas ligados à gestão, a exemplo de um documento que precisa ser lido, ou mudança de data da reunião, devem ser tratados no grupo do Whatsapp. José Marcelo Rios propôs que o que tiver que ser resolvido no grupo do Whatsapp e que gere muita controvérsia, pode ser discutido no grupo do Facebook com a ferramenta de enquete que funciona bem para decisões rápidas, como a definição da melhor data para a reunião. Paulo Hermida disse que sentiu estranheza quando viu o ponto de pauta da reunião porque ele não estava se sentindo incomodado com a atividade do Whatsapp, comparando com a realidade da composição anterior do Conselho. Destacou que a segunda composição é mais tranquila, de vez em quando alguém escapole, mas faz parte do jogo, não dá para ser tão rigoroso. José Carlos Novaes disse que é uma questão de consciência das pessoas porque se existe um grupo no Whatsapp para uma coisa e o Facebook para outra, basta as pessoas entenderem isso. Para ele, o grupo do Whatsapp está funcionando muito bem. José Marcelo Rios retomou a opinião de Paulo Hermida, e afirmou que ela abre espaço para uma consideração fundamental, sendo que todos são seres humanos e sentem de formas diferentes, e disse que as notificações excessivas no Whatsapp em pessoas como ele causam um sofrimento muito grande por conta da ansiedade que isso pode gerar. Considerou que os Conselheiros devem dividir as discussões de forma pertinente. O Presidente reforçou as regras, dizendo que no Whatsapp devem ser inseridas mensagens rápidas pertinentes ao Conselho, às reuniões ou documentos. Discussões ou enquetes devem ser tratadas no Facebook e se alguém quisesse encaminhar um informe pessoal de alguma atividade, deveria enviar para os e-mails das pessoas, e cada um teria a boa vontade de ler ou deveria ser levado à reunião

como informe. Fernando Guerreiro levantou uma questão que ele considerou estar passando “batida” pelo Conselho, e que era importantíssima. Citou que na quinta-feira seguinte à reunião o Tribunal Superior estaria votando a possibilidade de o artista não ser mais profissional. Avaliou como uma coisa gravíssima a flexibilização de uma luta da qual ele participou no início da carreira, e que aquela votação seria perigosíssima. Informou que existe uma mobilização nacional muito grande, e a proposta é não mais exigir o registro profissional para artistas e técnicos em espetáculos de diversão e na área cultural. Declarou que para ele isso é um retrocesso absoluto, inclusive a justificativa que estava sendo utilizada de que a utilização de registro cerceia a liberdade de expressão, o que ele considerou patético. Disse também que essa discussão vem rolando desde 2013 e não se sabia porque ela veio à tona agora. Ressaltou que a situação mereceria do Conselho algum tipo de posicionamento em relação a isso, pois se tratava de um conselho de Cultura. Destacou a necessidade de os Conselheiros estarem muito atentos a esses fatos porque além de estarem relacionados com o “próprio umbigo” e as próprias atividades, enquanto Conselho devem estar muito ligados ao que se passa em volta nacional, internacional e localmente. Disse que se fica muito preocupado com “minha arte”, “meu movimento”, “meu negócio”, e não se relaciona com o macro, sendo que o macro é o que “quebra” com o artista depois. Complementou que os artistas sempre pensam pequeno, estão preocupados com os editais, pagamentos que não foram feitos, e citou o Plano Municipal de Cultura que é macro, e se ele estiver resolvido, vai ajudar todo mundo simultaneamente. Informou que já fez uma nota pessoal enquanto Presidente da FGM, mas considerou importante uma nota do CMPC de alguma forma se colocando contra isso. Destacou que o documento deveria ser feito com celeridade e divulgado na imprensa e no e-mail de todo mundo antes da quinta-feira seguinte (26 de abril) porque era uma coisa urgente. Mostrou preocupação de que o CMPC ganhe representatividade dentro da Sociedade Civil porque muitos conselhos são puramente retóricos, não existem na verdade. Defendeu que para o CMPC se legitimar, quanto mais ele puder se posicionar em determinadas questões, melhor porque ele passa a ser um órgão vivo, atuante dentro da sociedade. Ressaltou que o que resolve isso não é divulgação, mas posicionamento em questões objetivas, ainda mais nesse momento em que se está vivendo, visto que o Ministério da Cultura está sem verbas e tem uma série de questões gravíssimas acontecendo no país. O Presidente do CMPC e a Secretária concordaram com a elaboração do texto e se dispuseram a fazê-lo e a encaminhar aos outros Conselheiros rapidamente para que pudessem pontuar e em seguida publicá-lo nas redes do CMPC e individuais. Evandro Ramos disse que essa não é uma questão isolada e sugeriu ver o que os artistas já estavam fazendo para somar. Paulo Hermida disse que, pela seriedade da questão, talvez fosse interessante ir um pouco além de uma manifestação pública e sugeriu fazer uma Moção de Repúdio a uma possível decisão do Supremo e mandar na forma de uma manifestação do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador. Isa Trigo disse que qualquer coisa em relação ao assunto ela assinaria e quanto mais radical fosse, melhor. Afirmou que era necessário o pleno votar por unanimidade concordando com o que saísse da reunião e que ela aprovaria

incondicionalmente o que o Conselho decidisse. Leonardo França sugeriu que fosse gravado um vídeo naquele momento, visto que a maioria dos Conselheiros estava presente, poderiam fazer um texto rápido e depois soltariam na rede. Isabela Silveira destacou que estava se falando do CMPC como instituição não apenas para a sensibilização da Sociedade Civil, mas como uma coisa organizada, falando para uma instituição que é o Supremo Tribunal Federal, e para isso precisaria de termos técnicos. Considerou a sugestão do vídeo, mas alertou para a necessidade do uso de termos técnicos precisos porque se o Conselho cometesse um erro histórico de dados e numeração, fragilizaria o posicionamento, portanto o vídeo não deveria ser feito naquele momento. José Carlos Novaes mostrou preocupação com o prazo muito curto. José Marcelo Rios considerou importante ressaltar no texto o perigo que não só os artistas, mas o público e a população também irão correr, visto que diante da cassação ao registro de técnicos, existem questões técnicas que podem colocar vidas de pessoas em risco, a exemplo de eventos como peças de teatro. Eliaide Cardoso informou que está tendo um movimento estranho em Salvador, principalmente na área do Rio Vermelho, que coloca os músicos para tocar, com o nome “Pague o que quiser, pague o quanto puder” e disse que é horrível, visto que ela já teve uma experiência e sentiu na pele. Daniele Canedo disse que o texto é fundamental, mas a questão do tempo era relevante, por isso achou interessante a questão do vídeo, pois mesmo os termos técnicos não sendo utilizados naquele momento, e retomando o que Fernando Guerreiro falou de ganhar um espaço de fala e fazer repercutir a voz do CMPC em Salvador, poderiam ser aproveitados os Conselheiros que estavam presentes e fazer um vídeo de menos de um minuto, sendo que cada um deveria compartilhar, o que traria em pouco tempo um impacto muito interessante nas redes sociais. Isabela Silveira disse que a sensibilização com a Sociedade Civil já estava sendo feita com artistas muito maiores, mas o que se tratava ali era munir de um material mais específico e institucional. Relatou que muitos artistas da Rede Globo já estavam fazendo mobilização e eles têm muito mais poder de penetração do que os Conselheiros, e que se tratava de se unir vozes institucionais. O Presidente votou na elaboração de um texto para ser compartilhado na rede, já que eles não tinham condições de gravar um vídeo naquele momento com os termos técnicos e na forma que foi sugerido. Fernando Guerreiro disse que o texto poderia ser feito na manhã do dia seguinte e lembrou que o CMPC não existe apenas na reunião mensal, tem que ter um acompanhamento, portanto era necessário acompanhar a votação e o seu resultado, sendo que talvez teriam que redigir uma Moção de Repúdio, logo os Conselheiros não poderiam adormecer durante um mês e voltar no mês seguinte com tudo pendurado. Mostrou preocupação em o texto sair tosco, reforçou a sugestão de fazer um texto na manhã do dia seguinte e disse que já existia um esboço que foi feito na FGM e poderia ser complementado. Destacou que o CMPC chegou numa arrumação geral, com Presidente e Secretária com seus suplentes e uma equipe que vai acompanhar o Plano Municipal de Cultura, e que seria necessário que os Conselheiros criassem uma vigília, permanecendo atentos entre uma reunião e outra. Assim, depois da decisão do STF na quinta-feira, o CMPC deveria decidir se deveria tomar novo posicionamento. Orientou ainda que os Conselheiros acompanhassem a

atuação do Ministério da Cultura e da Secretária de Cultura do Estado da Bahia, não só no sentido de cobrança, mas para contextualizar, e afirmou que o CMPC não está em uma bolha. Disse ainda que o objetivo não era criar confusão política, mas o CMPC se perceber enquanto entidade, órgão que está envolvido numa política cultural do Município e está antenado com a política cultural federal e estadual. Lembrou que estão chegando as eleições para governador, perguntou sobre os planos de Cultura dos candidatos e defendeu que isso é um assunto que o Conselho tem que se colocar, visto que nas entrevistas que se fazem a candidatos nunca se aborda o tema da Cultura. Isabela Silveira sugeriu que fosse feita uma nota pública para ser encaminhada aos jornalistas em nível local e provocar alguns debates junto com os candidatos a governador e deputados pautando a Cultura e lembrou que outras áreas da sociedade realizam debates, portanto é preciso que o CMPC se adiante. Daniele Canedo sugeriu ponto de pauta para a próxima reunião. Disse que todo mundo que se candidatou a participar do CMPC o fez por acreditar na importância da participação social, na Cultura e nas políticas públicas, todavia todos os Conselheiros têm custos a cada vez que comparece às reuniões e estes tendem a se ampliar com a participação nas comissões e deslocamento para outras reuniões. Portanto já estava na hora de se pensar na possibilidade de se implantar um jeton para a reunião ou alguma forma de custeio para as despesas dos Conselheiros, o que não significa uma remuneração, uma retribuição pecuniária pela participação, mas sim uma ajuda de custos. Afirmou que já que todos estão dispostos a trabalhar em favor da coisa pública, seria interessante que os Conselheiros não tivessem custos pelo menos com isso. Leonardo França lembrou a reivindicação da utilização dos crachás de identificação para transitar nos órgãos públicos. Luciene Santos lembrou que essa discussão foi feita na reunião anterior e pediu resposta a Fernando Guerreiro. Isabela Silveira sugeriu também como pauta da próxima reunião a política de grandes eventos da SALTUR, que tem um orçamento muito maior do que o da FGM e tem feito coisas que não se alinham com o pensamento de democratização, acesso pleno e diversidade. Citou a realização do show de Ivete Sangalo na comemoração do aniversário da cidade, e registrou que não há nenhum demérito na construção de festas, eventos que trazem uma dinamização excelente da cadeia produtiva da cidade, visto que Salvador tem vocação, capacidade, conhecimento turístico, de construção de identidade, o que não estava sendo colocado em questão. Mas, mesmo contando com financiamentos privados, haveria os custos transversos indiretos, como limpeza, hora extra de funcionário, deslocamento de materiais, ou seja haveria um impacto ambiental, humano e físico na cidade e isso não é discutido com ninguém. Ressaltou que há uma lógica dentro da FGM de uma maneira consciente, consistente, séria, dialogada que não se repete em larga medida na gestão dos eventos da SALTUR. Afirmou que não era uma crítica, mas considerou essencial que os custos e impactos sejam pensados e discutidos também com o Conselho e com a Sociedade Civil sem ser de forma diretiva e concentradora. Disse ainda que iria verificar os números, dados e comparativos a fim de não ser inconsistente nem injusta na construção disso, para poder se posicionar junto ao Poder Público, pois de fato isso deve ser tratado de uma maneira séria para se dar um passo rumo à diversidade e fortalecimento da

cadeia produtiva ampla e democrática. O Presidente ressaltou a importância de ampliar o diálogo junto à SALTUR e disse ter certeza que a empresa tem interesse em discutir o assunto e tem a capacidade de escuta. Declarou ter tido experiência em dialogar com o órgão, e exemplificou a realização do evento Salvador Cidade Reggae, que foi uma construção conjunta entre a Sociedade Civil e Poder Público e que é preciso ampliar o diálogo em outros pilares. O Presidente finalizou a reunião e informou que a próxima reunião será realizada no dia 29 de maio. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

.

Salvador, 29 de maio de 2018.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____
33. _____
34. _____
35. _____
36. _____
37. _____
38. _____
39. _____
40. _____